

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de junho de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

Fator Brasil - Online | BR

Marco regulatório | INPI

INPI regulamenta a distintividade adquirida 'secondary meaning'	3
<small>CANAL</small>	

Folha de S. Paulo | BR

29 de junho de 2025 | Direitos Autorais

Decisão do STF sobre big techs deixa cenário eleitoral em aberto	4
<small>POLÍTICA RENATA GALF</small>	

INPI regulamenta a distintividade adquirida 'secondary meaning'

CANAL

A medida facilita estratégia das marcas.

No dia 10 de junho de 2025 (terça-feira), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) publicou a Portaria nº 15/2025, que regulamenta oficialmente o reconhecimento da distintividade adquirida, também conhecida como secondary meaning, no Brasil.

Trata-se de um conceito essencial no direito marcário, quando um sinal que não possui distintividade intrínseca, como um termo descritivo, cor, sobrenome ou forma, passa a ser reconhecido pelo público como identificador da origem empresarial de determinados produtos ou serviços, por meio de seu uso contínuo, exclusivo e consistente no mercado.

Com a nova regulamentação, titulares podem requerer formalmente o reconhecimento dessa distintividade adquirida, mesmo em marcas que, inicialmente, não preenchiam os critérios convencionais de registro.

A portaria define que procedimentos para solicitar o exame de distintividade adquirida, assim como os do-

cumentos necessários para comprovação do uso e os prazos e critérios aplicáveis. A norma entrará em vigor em 28 de novembro de 2025, permitindo que os titulares se organizem com antecedência.

Essa mudança resulta de consulta pública e encontros com usuários, refletindo o compromisso do **INPI** com a transparência e a modernização, valoriza o esforço investido na construção de marcas fortes, amplia a segurança jurídica para os titulares, estende o alcance da proteção marcária e contribui para um mercado mais justo e competitivo, evitando confusão entre consumidores.

- Esse é um avanço muito esperado e positivo para os titulares de marcas no Brasil. O reconhecimento da distintividade adquirida reforça a importância da estratégia de branding e da coerência jurídica. Mostra que o **INPI** está alinhado às melhores práticas internacionais, reconhecendo que a distintividade pode ser conquistada por meio de uso, reputação e persistência - analisa o time de Marcas do escritório especializado em propriedade intelectual Di Blasi, Parente & Associados.

Decisão do STF sobre big techs deixa cenário eleitoral em aberto

POLÍTICA

Tese que ampliou obrigações para redes sociais tem ressalva que pode envolver regras diferentes na disputa de 2026

Renata Galf

SÃO PAULO - Ao estabelecer uma série de novas obrigações para redes sociais e hipóteses em que elas podem ser responsabilizadas pelo conteúdo de terceiros, o STF (Supremo Tribunal Federal) fez uma ressalva em relação às regras eleitorais.

Com isso, segundo especialistas consultados pela Folha, o resultado do julgamento sobre o **Marco Civil da Internet** ainda deixa em aberto o cenário de regras que valerão nas próximas eleições, em 2026.

Tal definição envolverá o desenrolar de diferentes fatores. Entre eles: o Congresso aprovar ou não um novo Código Eleitoral - e que trate do assunto -, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) atualizar suas regras sobre propaganda eleitoral e, por fim, a possibilidade de a corte eleitoral definir novos entendimentos a partir de processos que cheguem a ela.

Além disso, a maioria deles entende que a tese aprovada pelo STF corrobora o entendimento de que o TSE tem poder para criar obrigações e ampliar as hipóteses de responsabilização das plataformas.

Na tese que foi divulgada nesta quinta-feira (26), o STF afirma que, enquanto não houver nova lei a respeito, o artigo 19 do **Marco Civil da Internet** deve ser interpretado de forma que os provedores de aplicação - como é o caso das redes sociais - fiquem "sujeitos à responsabilização civil, ressalvada a aplicação das disposições específicas da legislação eleitoral e os atos normativos expedidos pelo TSE".

Julgamento foi concluído na quinta-feira

Por 8 votos a 3, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram que a regra atual que responsabiliza as plataformas digitais não protege adequadamente direitos fundamentais e a democracia.

Eles criaram novas obrigações para as redes que entram em vigor imediatamente, mas só se aplicam a casos futuros.

Principal ponto em discussão no julgamento, esse artigo previa que as redes só estavam sujeitas a pagar indenização por um conteúdo postado por terceiro se, após uma decisão judicial ordenando a retirada, mantivessem o conteúdo no ar.

Na tese aprovada, a corte ampliou as hipóteses de exceção a essa regra - que até então incluíam apenas nudez não consentida e violação de **direitos** autorais. Também criou a obrigação de moderação pró-ativa pelas redes para um rol de temas, prevendo punição em caso de falha sistêmica.

Em 2024, o TSE já tinha aprovado uma resolução mais dura contra as plataformas, prevendo, por exemplo, que as redes podem ser responsabilizadas caso não removam "imediatamente" certas categorias de conteúdo, como discurso de ódio.

Sem um gatilho explícito para essa possível responsabilização, não havia clareza quanto a como essa regra seria aplicada. Passada a eleição, a dúvida seguiu em aberto, já que não chegou a ser alvo de decisão.

Para Fernando Neisser, advogado e professor de direito eleitoral da FGV-SP, a decisão do Supremo foi no sentido de afirmar que a tese aprovada nesta semana se aplica para situações fora do contexto eleitoral e que, nele, valerão as regras eleitorais.

Continuação: Decisão do STF sobre big techs deixa cenário eleitoral em aberto

Ele interpreta que, ao flexibilizar o artigo 19 em diversas situações e dizer que o TSE edita normas, o STF estaria dando a possibilidade de também a corte eleitoral flexibilizar essas regras.

Na avaliação de Francisco Brito Cruz, professor do IDP e especialista em direito digital e eleitoral, o STF traçou uma linha de separação com a temática eleitoral. "O que o Supremo está falando é assim: 'Olha, se o artigo 19 não existe mais, o que vale para o eleitoral é o que tem no eleitoral. Acho que foi isso que ele quis dizer.'"

Ele aponta não haver uma previsão de qual seria a punição para as redes em caso de descumprimento das obrigações, por exemplo, e que, independentemente

da decisão do Supremo, haveria um outro conflito sobre necessidade de notificação judicial - no caso com a Lei das Eleições - que não estaria superado.

Para André Boselli, coordenador de ecossistemas de informação da ONG Artigo 19, a tese aprovada pelo STF sinaliza que o TSE pode criar novas exceções para responsabilização das redes sociais. Ele aponta, ainda, que a tese vai num caminho de validação de uma ideia mais abrangente das regras já aprovadas em 2024.

}

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3

Direitos Autorais
4

Marco Civil
4